Crise do Sistema Colonial no Brasil

Movimentos contra o domínio português levam o Brasil à independência

A ambição do Brasil em se tornar um Estado Independente é anterior à chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Na época das colônias, o movimento que mais chamava atenção era a Revolta Nativista, que, como o próprio nome já diz, é um levante protagonizado por aqueles que nasceram na colônia e são contra a existência da metrópole portuguesa.

No século 18, as diferenças entre Brasil e Portugal ficaram mais visíveis. Grande parte da elite, por exemplo, era influenciada pelo movimento iluminista. Os ideais iluministas diziam que as colônias eram contaminadas por práticas autoritárias da metrópole e que isso iria justamente contra a liberdade dos homens.

Ainda neste século, a mineração atingiu o auge no Brasil e a coroa portuguesa desenvolveu uma série de cobranças de impostos abusivos, isso deu a eles também um controle maior sobre a produção de riqueza no espaço colonial. O que alimentou ainda mais a revolta das colônias.

REVIRAVOLTA

Em pouco tempo, nas ruas brasileiras, secretamente, foram distribuídos panfletos que anunciaram que só com a liberdade diante de Portugal seria possível acabar com os problemas sociais, políticos e econômicos da época.

Entretanto, mesmo com esse movimento ganhando força, alguns membros da elite não foram favoráveis as grandes transformações. Ao mesmo tempo em que eles eram a favor da independência, estavam cômodos por terem uma boa situação econômica, ou seja, não tinham interesse em perder algumas regalias que só eram possíveis graças ao Brasil Colônia.

A primeira rebelião a favor da separação do Brasil de Portugal aconteceu em 1789, em Minas Gerais, quando alguns rebeldes da cidade de Vila Rica tiveram a iniciativa de lutar contra a exploração dos portugueses na atividade mineradora.

Em 1798, surgiu a Conjuração Baiana, com um projeto de independência verdadeiramente amplo e popular, e a Revolução Pernambucana, em 1817, foi o último suspiro a favor da independência do Brasil, que aconteceu em 1822.

MOVIMENTO BRASILEIRO DE CONTESTAÇÃO

Na década de 1820, toda Europa foi sacudida por um Movimento de Contestação de Inspiração Liberal, em reação as medidas restauradoras do Congresso de Viena. Esse movimento combatia a monarquia absolutista do congresso. Eles até permitiam que ela existisse, mas desde que tivesse um parlamento em que a constituição e as liberdades individuais fossem respeitadas.

Pelo princípio da legitimidade, defendida pelo representante do rei da França, Luís XVIII, a monarquia absolutista definida no Congresso de Viena permitia que todos os reis da antiga dinastia, depostos na Revolução Francesa, principalmente na era napoleônica, deveriam retornar imediatamente aos seus postos, pois isso afetaria também Portugal que tinha que ter de voltar a dinastia Bragança ao trono.

D. João VI era o representante dessa dinastia, mas não queria mais voltar para Portugal, já que tinha se acostumado com o Rio de Janeiro e se animado para criar o império luso-americano. A solução encontrada então foi a elevação do país a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Ou seja, os domínios portugueses da época ficaram oficialmente designados dessa forma e D. João passou a ostentar o título de Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, posteriormente, rei das três coroas unidas.

Na época, essa solução até foi bem vista pelos brasileiros, pois elevaria o Brasil ao mesmo patamar de Portugal e acabaria com a ideia de colônia, que tanto incomodava os que moravam na terra. Contudo, acabou

PEDRO AMÉRICO

JEAN-BAPTISTE DEBRET

D. João VI de Portugal, o clemente, foi Rei de Portugal entre 1816 até a sua morte. Foi, sucessivamente, Senhor do Infantado e Duque de Beja, Príncipe do Brasil e Duque de Bragança, Príncipe-regente de Portugal, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Rei de Portugal e Imperador titular do Brasil.

também a tentativa de independência do Brasil.

Em 1815, D. João publicou a seguinte carta: "Que os meus Reinos de Portugal, Algarves e Brasil formem de agora em diante, um só e único Reino, debaixo do título de Reino Unido de Portugal, do Brasil e de Algarves".

Entretanto, a carta não foi bem aceita pelos portugueses, visto que coloca o Brasil em igual condição com seus descobridores, além disso, a corte permaneceria no Brasil, pois D. João não estava muito entusiasmado em voltar para Lisboa.

PERÍODO JOANINO

Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, depois de atravessar todo o Atlântico e serem escoltados pelas tropas britânicas (pois fugiam de Napoleão), era a primeira vez que uma corte europeia transferia a sua capital de governo para um continente americano.

E como a quantidade de pessoas nessa viagem era grande, com cerca de 10 mil, algumas embarcações se perderam no meio do caminho, tendo algumas ainda aportadas na Bahia e outras no Rio de Janeiro. Do outro lado, os britânicos esperavam algum tipo de vantagem nessa história, já que além de escoltar os navios, defenderam as terras portuguesas de Napoleão e saíram vitoriosos.

Assim que D. João aportou, declarou as nações amigas que todos os portos estariam abertos. E, além de liberar o comércio, essa medida teve uma significativa queda no contrabando, contudo, os produtos ingleses tomavam conta do Brasil e impediam o desenvolvimento da manufatura no País, embora as cidades portuárias tivessem um rápido desenvolvimento. Iniciou-se aí o período joanino.

MUDANÇAS

Em 1810, os Tratados de Aliança, Amizade, Comércio e Navegação fixaram os interesses do mercado britânico no País e, com isso, foram colocadas taxas alfandegárias que favoreceram a Inglaterra.

Enquanto os britânicos pagavam uma taxa de 15%, os próprios portugueses chegavam a uma taxa de 16%, ou seja, maior do que a dos ingleses. Sem contar que os outros países que tiveram interesse em mandar seus produtos para o Brasil tinham que pagar absurdos 24% de taxas.

Além da economia, a mudança da Capital do Império para o Rio de Janeiro trouxe outras mudanças. Missões estrangeiras vieram ao País para avaliar a riqueza local, uma biblioteca real foi construída, além da inauguração do primeiro jornal. A Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Academia Real Militar e o Jardim Botânico foram algumas das obras públicas do período joanino.

No campo militar, D. João também tomou algumas

Foto acima:
"Independência ou Morte", reprodução artística do momento em que Dom Pedro declarou a Independência do Brasil

Foto abaixo:
Dom João VI com Carlota Joaquina de Bourbon.

Tela a óleo de François-René Moreaux sobre a Independência do Brasil.

providências que, inclusive, já aconteciam desde 1809. Neste ano, as tropas britânicas e portuguesas haviam conquistado a cidade de Caiena, na Guiana Francesa. Esta tomada tinha como objetivo agredir o governo francês, ainda sob a mão de ferro de Napoleão, mas com o Congresso de Viena, o Brasil devolveu a região à França.

Em 1817, o País invadiu a Província Cisplatina. Essa nova investida tinha uma finalidade, além de ser um local com um potencial econômico grande, a tomada desse território impediria a invasão de Napoleão às colônias espanholas. Dez anos mais tarde, um movimento separatista pôs fim ao domínio e o local deu origem ao Uruguai.

Em 1820, em Portugal, surgiu um movimento revolucionário pelo fim da condição política secundária do País, que ficou conhecida como a Revolução do Porto, formada pelos lusitanos que ficaram em Portugal e já estavam há anos inconformados com a situação do País. Eles criaram um governo provisório e exigiram o retorno de D. João VI à Portugal.

Com medo de perder o poder no Brasil, em 1821, D. João nomeia seu filho, Dom Pedro I, como príncipe regente. No entanto, os lusitanos queriam a volta da condição do pacto colonial e isso acabou levando a independência do Brasil.

A INDEPENDÊNCIA

A volta de Dom João VI à Portugal desencadeou uma

D. Pedro I compondo o Hino Nacional (hoje Hino da Independência), em 1822. Artista: Augusto Braga.

série de acontecimentos. O Brasil sofreu saques nos cofres que deixou o País em péssimas condições financeiras. Por conta disso, D. Pedro I tomou medidas contra Portugal a favor do Brasil, uma delas foi baixar os impostos, além de equiparar as autoridades militares brasileiras às portuguesas. Essas atitudes irritaram ainda mais os lusitanos que pediram o retorno imediato do príncipe e exigiram ainda que o País fosse entregue a uma junta administrativa.

Essas exigências elevaram o grau de apreensão da elite brasileira, que desfrutava das benesses da economia surgida no período joanino. Ou seja, se D. Pedro I retornasse realmente para Portugal, todas as conquistas desses empreendedores iriam por água abaixo. Dessa forma, os grandes fazendeiros e comerciantes começaram a defender a ascensão de Dom Pedro I à líder da Independência do Brasil.

No final de 1821, quando o governo provisório português pressionou mais fortemente para que o príncipe voltasse, os defensores da independência organizaram um abaixo-assinado pedindo a permanência de Dom Pedro I por aqui. A demonstração de apoio surtiu efeito. A 9 de janeiro de 1822, Dom Pedro I reafirmou sua permanência, e a data ficou conhecida como "Dia do Fico". A partir desse ato público, o príncipe regente deixou claro o seu posicionamento político.

Após o ato, o príncipe chamou pessoas que eram a favor da independência para alguns dos quadros administrativos de seu governo, entre eles José Bonifácio, como seu conselheiro. Em seguida, Dom Pedro firmou uma resolução: nenhuma ordem vinda de Portugal deveria ser adotada no Brasil sem sua autorização.

Essa atitude foi, para Portugal, a gota d'água. Em 1822, a assembleia portuguesa emitiu um documento exigindo o retorno imediato de Dom Pedro sob o risco de invasão militar.

Ao tomar conhecimento desta intenção de Lisboa, o príncipe declarou a Independência do Brasil em 7 de setembro, às margens do Rio Ipiranga.